



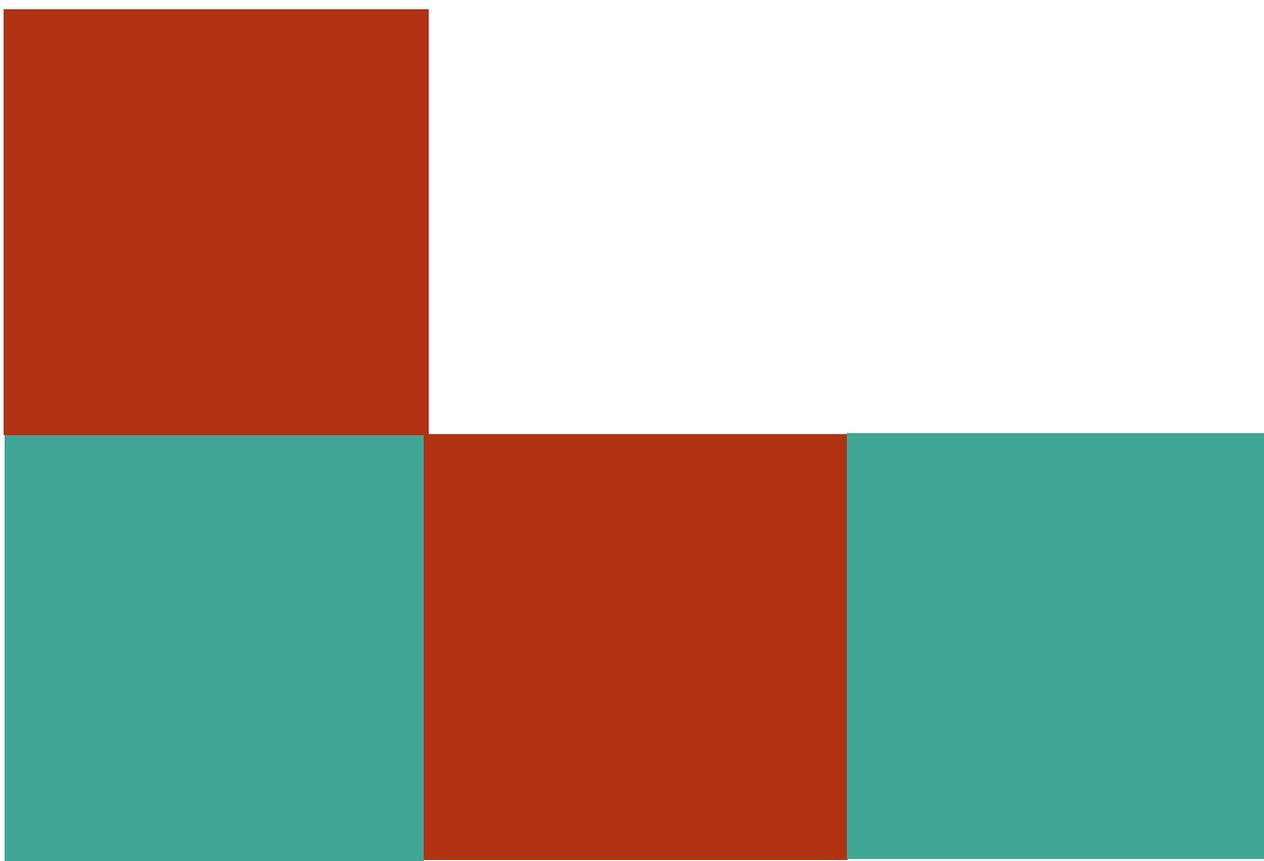
# Ler Latour para refletir sobre a construção da vida e do corpo a partir de máquinas modernas

Resenha

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, 152 p. (Editora TRANS).

Isa Salgado

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI),  
Universidade de Brasília - Unb.*



O livro *Jamais fomos modernos: ensaios de Antropologia simétrica*, segundo a descrição de seu autor, o filósofo e antropólogo francês Bruno Latour, apresenta, ao mesmo tempo, um ensaio e uma hipótese sobre o significado de ser moderno. A obra é considerada um clássico, por trazer fortes marcas de seu tempo e se refletir nos debates atuais, despertando questões de alta relevância na contemporaneidade, a exemplo dos problemas climáticos.

A primeira edição do ensaio foi lançada na França em 1991. Portanto, completou recentemente 30 anos. Isso importa muito, porque conhecer o contexto global que precede sua publicação é fundamental para sua leitura, em particular em função de três aspectos. Em primeiro lugar, por sua inserção no debate sobre a ciência, à época, efervescente, em torno de duas formas de relativismo: o relativismo absoluto, que supõe culturas separadas e coloca a natureza entre parênteses; e o relativismo cultural, em que a natureza é sutilmente considerada. O segundo aspecto situa a obra nas discussões acerca da Antropologia, que, no final dos anos 1980, enfrentava obstáculos no mundo ocidental. Por fim, o terceiro aspecto é associado à conexão do ensaio com os acontecimentos de 1989, ano do bicentenário da Revolução Francesa, da queda do muro de Berlim e do acirramento de problemas climáticos. Tais eventos colocaram em cena o debate sobre o percurso científico e histórico da humanidade.

Ao longo do texto, fazendo uso de um vasto repertório de provocações, Latour tanto expõe suas ideias e seu ponto de vista como também descreve uma avaliação original e crítica de ciência, técnica e sociedade. Sobretudo, ele revela um conjunto de novos significados para essas três esferas. A começar pelo desenvolvimento da concepção de Constituição do mundo moderno, elemento central da argumentação sobre as entidades “quase-objetos” e “quase-sujeitos”, que compõem o conjunto chamado de “híbridos” pelo autor. Essas entidades são caracterizadas como aquelas que ainda não alcançaram o estado de natureza pura ou sociedade pura, respectivamente.

Para a fundamentação teórica de suas reflexões, Latour navega nas ideias de muitos estudiosos. Em diversos momentos do texto, por exemplo, ele menciona o filósofo, químico e físico irlandês Robert Boyle; o filósofo, matemático e teórico político inglês

Thomas Hobbes; o historiador e sociólogo da ciência estadunidense Steven Shapin; e o historiador e filósofo britânico Simon Schaffer. Latour também discute as críticas ao modernismo feitas pelo neurobiologista francês Jean-Pierre Changeux, pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu e pelo filósofo franco-magrebino Jacques Derrida. Além disso, percorre as concepções do racionalismo kantiano, da dialética hegeliana e da fenomenologia heideggeriana. De acordo com Latour, todos os mencionados pensadores podem ser classificados como modernos. Latour também dialoga com os estudiosos franceses contemporâneos Michel Serres, René Girard, Luc Boltanski e Laurent Thévenot, dentre outros.

O ensaio foi dividido em cinco capítulos. No primeiro, denominado Crise, Latour expõe a crise dos modernos e divulga que o ensaio é resultado de um estudo realizado por mais de 20 anos no entorno da estranha situação de a cultura intelectual em curso não saber bem como classificar os objetos investigados. Ele também revela a conclusão do estudo: a vida intelectual contemporânea “é definitivamente mal construída” (LATOURE, 1994, p. 11).

Latour chama a atenção para a insuficiência dos argumentos dos modernos na resposta à proliferação de híbridos, no início da década de 1990. Em tom de provocação, ele questiona as abordagens no mundo científico que não consideram misturas entre o céu e a terra, o global e o local, o humano e o inumano. Para isso, ele descreve a mistura de reações químicas e reações políticas da realidade dos anos 1980 contidas em artigos de um jornal que ele não identifica. Latour descreve o conteúdo de uma única página, destacando que ela contém matérias sobre alterações ambientais, a exemplo do buraco da camada de ozônio, e manifestações de chefes de Estado dos grandes países industrializados, além de muitos outros temas, inclusive computadores, *chips*, anticoncepcionais e filmes. Em seguida, o autor destaca a existência de multiplicação de artigos de imprensa híbridos contendo tramas de ciência, direito, religião, técnica, ficção e economia. Ele ressalta o fato de a proliferação de híbridos nos jornais não despertar a atenção de ninguém e, em contraponto, as disciplinas permanecerem puras, sem mistura de conhecimento, de interesse, de justiça e de poder.

Acerca do termo “moderno”, cerne da construção teórica do ensaio, Latour explica que, apesar de poder ser encontrado um sentido para cada pensador ou jornalista, é possível identificar sinais comuns associados ao tempo — antigos e modernos — e ao combate entre vencidos e vencedores. Por isso, de uma forma geral, o “moderno” é duas vezes assimétrico: uma por assinalar ruptura no tempo e a outra pelo combate. Além disso, ele associa as designações da palavra a dois conjuntos de práticas diferentes. O primeiro está ligado à criação de misturas entre gêneros de seres totalmente novos, híbridos de natureza e cultura, denominado rede. Latour defende que os percursos das ideias, do saber ou dos fatos teriam sido compreendidos com facilidade caso eles tivessem sido tratados como “redes técnicas” — termo mobilizado para designar redes de televisão, redes de telefonia, rede ferroviária e outras semelhantes —, mas não foram. Com esse argumento, ele afirma que a crença na racionalização nada mais é que um erro de categoria.

O segundo conjunto de práticas está vinculado à criação, por “purificação”, de duas zonas ontológicas completamente distintas: a dos humanos, de um lado, e a dos não-humanos, de outro (crítica). A posição de “crítica às críticas” é sustentada na identificação de três repertórios distintos: o da naturalização, a exemplo do que faz Changeux quando defende que não há mais sociedade, nem sujeito, nem forma de discurso; o da socialização de Bourdieu, que diz, sobre o poder sociologizado, que não há mais ciência, nem técnica, nem texto, nem conteúdo; e o da desconstrução de Derrida, que diz que seria um atestado de grande ingenuidade acreditar na existência real dos neurônios do cérebro ou nos jogos de poder.

Para Latour, apesar de cada uma dessas críticas ser contundente em si mesma, elas não podem ser combinadas umas com as outras. Ou seja, tratam de três conjuntos distintos: fatos, poder, discursos. Em decorrência disso, ele faz uma profunda crítica a essa divisão, ressaltando que o buraco de ozônio é demasiadamente social e demasiadamente narrado para ser realmente natural.

No decorrer do referido capítulo, também são apresentadas a hipótese e as questões relacionadas às abordagens dos modernos. A hipótese do estudo parte do

paradoxo dos modernos: uma vez que utilizavam ao mesmo tempo o trabalho de mediação e o de purificação, mas representavam apenas o segundo, os modernos jogavam simultaneamente com a transcendência e com a imanência das duas instâncias da natureza e da sociedade. O que resultava em recursos contraditórios, que lhes permitiam fazer tudo e qualquer coisa.

Para testar essa hipótese, o autor propõe algumas questões. A questão central é sobre qual seria o laço existente entre o trabalho de tradução ou de mediação e o de purificação. A segunda questão diz respeito aos pré-modernos, às outras naturezas-culturas. A terceira diz respeito à crise do início dos anos 1990: Se a Modernidade foi assim tão eficaz em seu trabalho de separação e de proliferação, por que ela está enfraquecendo hoje, nos impedindo de sermos modernos de fato? E, por fim, a última questão: Se não podemos mais separar o trabalho de proliferação e o trabalho de purificação, o que iremos nos tornar? Como desejar as luzes sem a Modernidade?

No segundo capítulo, é apresentada a Constituição do mundo moderno e as razões que, no entendimento do autor, a tornaram invencível. É defendido que a Modernidade decorre da criação conjunta do humanismo, do não humanismo das coisas e de um Deus suprimido, fora do jogo. A invencibilidade, por sua vez, é sustentada na crença da separação total dos humanos e dos não humanos e, simultaneamente, na anulação dessa separação.

A explicação sobre a formação da Constituição moderna é ilustrada pelo intenso embate sobre a bomba de ar e o Leviatã, ocorrida no século XVII, entre Boyle, o cientista, e Hobbes, o cientista político, que discutiram entre si a respeito da repartição dos poderes científicos e políticos. Para Latour, esses dois filósofos são os primeiros modernos. A escolha desse debate foi fundamentada nas ideias de Shapin e Schaffer, importantes estudiosos da Antropologia comparada. Eles colocam o conhecimento, assim como o Estado, como produto das ações humanas, e concluem que Hobbes tinha razão ao defender um contrato social e o governo central forte com um soberano absoluto. Latour se contrapõe à conclusão desses autores, dizendo que eles empregaram as palavras “poder”, “interesse” e “política” de forma totalmente inocente. Ele argumenta que foi

Hobbes quem inventou essas palavras com seu significado moderno e que eles oferecem uma forma assimétrica para explicar o saber pelo poder. O pensador sustenta ainda que o conhecimento tem um único lugar; o de sustentar a ordem social. Para Latour, a Constituição moderna inventa uma separação entre o poder científico, encarregado de representar as coisas, e o poder político, encarregado de representar os sujeitos.

Para o autor, a Constituição moderna é uma bela construção, que permite fazer tudo sem estar limitado por nada. Ele justifica essa opinião ao descrever as quatro garantias oferecidas: defende a não-humanidade da natureza; assegura a humanidade social; afirma que a natureza e a sociedade devem permanecer absolutamente distintas e que o trabalho de purificação deve permanecer absolutamente distinto do trabalho de mediação; e assegura que Deus se tornou o Deus suprimido da metafísica, tão diferente do Deus pré-moderno dos cristãos quanto a natureza construída em laboratório. O ponto essencial dessa Constituição é o de tornar invisível, impensável, irrepresentável o trabalho de mediação que constrói os híbridos. Assim, a Constituição moderna permite a proliferação dos híbridos, de cuja existência – e mesmo a possibilidade – ela nega. Latour contrapõe essas garantias, defendendo que o mundo moderno nunca existiu, isto é, jamais funcionou de acordo com as regras de sua Constituição.

No terceiro capítulo, são questionadas as revoluções científicas e históricas, e a visão linear sobre o tempo dos modernos. É apresentada a conexão feita entre os modernos e sua concepção de revolução. A ideia de revolução radical é a solução que os modernos encontraram para explicar a irrupção dos híbridos, que é simultaneamente proibida e permitida por sua Constituição. Por meio desse milagre denominado revolução, os modernos acreditam romper para sempre com o passado e promover um laço entre a forma moderna de temporalidade e a Constituição moderna, elemento que une, sem nunca o dizer, as duas assimetrias da natureza e da sociedade e permite a proliferação dos híbridos por debaixo dos panos.

Nessa perspectiva, o tempo moderno se torna uma sucessão de aparições inexplicáveis, com distinção entre a história das ciências e das técnicas e a história pura e simples. Esse tempo é linear, com duas séries de progressão irreversíveis: progresso e

decadência. Assim, tudo aquilo que não avança no ritmo do progresso é considerado arcaico, irracional ou conservador.

Importa ressaltar a relevância que Latour deposita no processo de classificação. Segundo ele, tal noção temporal provém de uma classificação dos quase-objetos, cujo crescimento os modernos não podem explicar — isso porque, na verdade, escapa a qualquer compreensão. O processo de classificação é usado para dissimular a origem inconfessável das entidades naturais e sociais. A disciplina moderna utiliza uma forma de classificação para ligar os elementos. No caso de alteração do princípio de classificação, a partir dos mesmos acontecimentos, uma outra temporalidade pode ser obtida. Em contraposição a esse tipo de manipulação, Latour afirma que é a seleção que faz o tempo, e não o tempo que faz a seleção, e exemplifica: alguns dos seus genes têm 500 milhões de anos, outros, 100 mil, e seus hábitos variam entre alguns dias e alguns milhares de anos.

Também nesse capítulo é iniciada a discussão das respostas às questões propostas no primeiro capítulo. Sobre o motivo da crise da invencibilidade dos modernos, Latour considera que o modernismo foi vítima de seu sucesso. A classificação possível para as bombas de vácuo quando de sua invenção não é mais possível para a nova realidade, cheia de monstros — embriões congelados, sistemas especialistas, máquinas digitais, robôs munidos de sensores, milho híbrido, banco de dados, psicotrópicos liberados de forma controlada, baleias equipadas com radiossondas, sintetizadores de genes, analisadores de audiência etc.

Em outras palavras, enquanto a natureza parecia “reservada, transcendental, inesgotável, longínqua e dominada” (LATOUR, 1994, p. 54), permanecia o vigor do polo constitucional da tradição. Contudo, defende Latour, passa a ser necessário classificar o buraco de ozônio e o aquecimento global do planeta. E, então, onde seriam colocados esses híbridos? Eles são humanos? Latour advoga que sim: são humanos porque são obra humana. Eles são naturais? Latour defende que sim: são naturais porque não foram feitos pelos humanos. Portanto, podem receber as duas classificações.

Outro conteúdo destacado no capítulo inclui as estratégias das grandes filosofias para absorver ao mesmo tempo a Constituição moderna e os quase-objetos, ou seja, o

“Império do Centro”. Latour relaciona e classifica, em primeiro lugar, três estratégias que considera modernistas: o kantismo, forma canônica da Constituição moderna; a dialética hegeliana, cujos adeptos seriam os maiores modernizadores; e os fenomenólogos, considerados modernizadores inquietos.

Na sequência, menciona os autores que ele classifica como “pré-pós-modernos”, de forma a caracterizá-los como pensadores de uma etapa de transição, nem são modernos, nem são pós-modernos. Para exemplificar, cita o neurobiologista francês Changeux, o psicanalista francês Jacques Lacan e o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas. Por fim, são citados, e estão presentes ao longo da obra, os pós-modernistas, pensadores mais combatidos por Latour. Para o autor, o pós-modernismo é um sintoma da contradição do modernismo e não uma nova solução. Para exemplificar, cita o filósofo francês pós-modernista Jean-François Lyotard. Ainda em comparação com as filosofias modernizadoras, são comentadas outras duas estratégias desenvolvidas para tomar conta do meio: a abordagem semiótica e a estratégia que coloca o ser como ponto central, cujo principal filósofo é Heidegger.

Para a sustentação da hipótese apresentada no primeiro capítulo, um autor-base para o ensaio foi o sociólogo francês Antoine Hennion, em particular no que diz respeito a sua ideia sobre as camadas dos intermediários serem substituídas por cadeias de mediadores. Essa ideia compõe a argumentação para responder à questão proposta sobre o laço entre o trabalho de mediação e o de purificação. Invertendo o ponto de partida dos extremos para o meio, natureza e sociedade passam a não ser mais os termos explicativos, mas sim aquilo que requer uma explicação conjunta. O trabalho de purificação torna-se uma mediação específica. É destacado que a purificação possibilitou a mediação.

As polêmicas sobre o relativismo são discutidas no quarto capítulo, inclusive com o reconhecimento de que seus grandes debates nunca levam a lugar nenhum. São descritas as formas de relativismo segundo o critério de construção da natureza: o relativismo absoluto, que coloca a natureza entre parênteses, supõe culturas separadas e incomensuráveis, de forma que nenhuma hierarquia seria capaz de ordenar; e o

relativismo cultural, mais sutil, em que a natureza entra em cena, mas, para existir, ela não supõe nenhuma sociedade, nenhuma construção, nenhuma mobilização, nenhuma rede.

O enfoque da apresentação do relativismo é o da Antropologia como modelo de descrição do mundo, com a justificativa de que somente ela poderia ligar a trajetória estranha dos quase-objetos, formando um todo. Contudo, é reconhecida a inviabilidade desse modelo, pela impossibilidade de sua aplicação às ciências e às técnicas. A permanência da Antropologia assimétrica, com pesquisas limitadas apenas às culturas, é lamentada, assim como a visão dos intelectuais franceses Lévi-Strauss, Canguilhem, Lyotard e Girard, dentre outros, que consideram o novo conhecimento — as mais recentes conquistas da teoria da informação, da biologia molecular e da teoria da física — totalmente fora da cultura. Latour clama por tornar a Antropologia capaz de estudar as ciências, quebrando os limites da Sociologia do conhecimento e da Epistemologia.

E, por fim, para fechar o ensaio, ele faz uma proposta de Constituição para um mundo não moderno. É colocada a questão que Latour considera a mais difícil: a da entrada em um mundo não moderno, do qual a humanidade jamais teria saído. Trata-se da busca do que seria preciso acrescentar à Constituição para não ser mais moderno, não sendo tampouco pré-moderno. Ao longo do ensaio, fica clara a indicação para o acréscimo do trabalho oficioso da mediação, mas é questionado se seria possível elaborar uma Constituição que permitisse o reconhecimento oficial desse trabalho. Para Latour, a convicção que originou o ensaio é a necessidade de fazer esse acréscimo, já que a modernização não pode mais absorver nem os povos não ocidentais nem a natureza. Fazendo esse exercício, argumenta ele, é possível perceber que “jamais fomos modernos no sentido da Constituição” (LATOURE, 1994, p. 51). Assim, seria um não moderno todo aquele que levasse em conta ao mesmo tempo a Constituição dos modernos e os agrupamentos híbridos que ela nega.

A partir do estudo feito, Latour questiona onde o humano estaria situado. Com ironia, ele ressalta a astúcia de Sartre, que define o humano como uma existência livre que se emancipa de uma natureza desprovida de significado. Porém, defende que é impossível uma definição por meio de uma essência. Argumenta que não possuir uma forma estável

não quer dizer não ter uma forma. A partir da perspectiva de que o caminho é, ao invés de fazer o movimento no sentido de um dos polos da Constituição, fazer a aproximação a partir do meio.

Por fim, na busca por respostas às questões relacionadas às ameaças de dominação do homem pelas máquinas, a exemplo de se o humano “criou, transportou, repartiu as máquinas, construiu seu próprio corpo com elas, como ele poderia ser ameaçado pelos objetos?” (LATOURE, 1994, p. 136), Latour questiona “De onde vem a ameaça?” (LATOURE, 1994, p. 136) e apresenta a ideia do Parlamento das Coisas, proposta para tornar possível, oficial e pública a triagem primorosa dos quase-objetos. Dessa forma, ele acredita superar a instituição do laboratório, pelos descendentes de Boyle, como um parlamento dos mudos, onde somente os cientistas falavam em nome das coisas. E supera a definição de República longe dos laboratórios, feita pelos descendentes de Hobbes, com a criação da figura do soberano para atuar como porta-voz de ideias e intermediar os cidadãos.

Embora o ensaio seja provocativo e possibilite explorar muitas questões, para finalizar esta resenha, apenas três comentários são destacados. O primeiro diz respeito à forte presença de temas relacionados à Ciência da Informação: conhecimento, classificação, ontologias, museus e arquivos. Em particular, vale destacar três itens: 1) a associação dos modernos e das revoluções com a museologia, quando Latour passa a ideia de que a preservação do patrimônio é uma prática pretensiosa dessa escola de pensamento; 2) a citação de Nietzsche sobre a contaminação dos modernos com a doença da história, por querer guardar tudo, datar tudo e pensar ter rompido definitivamente com seu passado; e 3) a referência às milhares de páginas do arquivo de Shaplin e Schaffer sobre as ideias de Boyle e de Hobbes, sem nenhuma menção sobre as práticas tácitas da bomba de ar ou sobre a destreza que ela requeria. Esses assuntos são abordados sob a luz da Antropologia, mas poderiam ser explorados em pesquisas da Ciência da Informação. Fica a indicação de que há espaço para debate.

O segundo comentário é sobre o destaque concedido à atividade de nomear, o que não é trivial. A maneira pela qual se faz referência aos fenômenos, às coisas, às relações e

às pessoas revela a visão de quem fala sobre aquilo que é nomeado. Neste ensaio Latour faz esse exercício. Mais que isso: apresenta novos conceitos e uma visão provocadora sobre a ciência, a técnica e a sociedade. Só isso bastaria para torná-lo um clássico.

O terceiro comentário, por fim, é sobre a pertinência e a oportunidade da apresentação de *Jamais fomos modernos* após 30 anos de sua publicação. Concordando ou discordando das ideias do autor, é forçoso esse reconhecimento, em especial, no contexto da realização da 26.<sup>a</sup> Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), em função das discussões sobre o acirramento de problemas climáticos, uma das motivações do ensaio de Latour, que é, em essência, um manifesto em defesa da vida humana, da sociedade, da natureza e da ciência!

## Referências

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. Por uma antropologia do centro. *Mana* [online]. 2004, v. 10, n. 2. pp. 397-413. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-93132004000200007>>. 26 Set 2005. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132004000200007>. Acesso em 3 nov. 2021.

MILANÊS, R. Seguindo as redes de Bruno Latour: um ensaio sobre a antropologia simétrica e a teoria do ator-rede. *Revista Inter-Legere*, v. 4, n. 31, p. c21470, 26 abr. 2021.